

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua integra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 553, de 21 de dezembro de 2011](#)

"Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica".

Fonte: CNI

Ministério da Cultura - Diretoria Colegiada

[Instrução Normativa 95, de 8 de dezembro de 2011](#)

"Dispõe sobre o procedimento de registro de obra audiovisual publicitária".

Fonte: CNI

Ministério dos Transportes - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

[Resolução 2.317, de 21 de dezembro de 2011](#)

"Aprova a proposta de norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte".

Fonte: CNI

Atos do Poder Legislativo

[Lei 12.562, de 23 de dezembro de 2011](#)

"Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal".

Fonte: CNI

[Lei 12.563, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.564, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 446.823.143,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.565, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 949.733.022,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.566, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 130.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Fonte: CNI

[Lei 12.567, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 199.843.160,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Fonte: CNI

[Lei 12.568, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 81.157.976,00, para os fins que especifica".

Fonte: CNI

[Lei 12.569, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.769.248.701,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.570, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia e de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 5.736.647.926,00, para os fins que especifica".

Fonte: CNI

[Lei 12.571, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$ 38.645.735,00, para os fins que especifica".

Fonte: CNI

[Lei 12.572, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 32.120.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.573, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 24.376.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.574, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 2.816.660,00, para os fins que especifica".

Fonte: CNI

[Lei 12.575, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências".

Fonte: CNI

[Lei 12.576, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 8.692.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Fonte: CNI

[Lei 12.577, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor de R\$ 54.266.793,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Fonte: CNI

[Lei 12.578, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social,

crédito suplementar no valor de R\$ 4.776.413,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Fonte: CNI

[Lei 12.579, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 101.308.880,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Fonte: CNI

[Lei 12.580, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.631.945.462,00, em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 20.731.286.239,00, para os fins que especifica”.

Fonte: CNI

[Lei 12.581, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Fonte: CNI

[Lei 12.582, de 29 de dezembro de 2011](#)

"Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais federais do Grupo ELETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 1.055.118.669,00, para os fins que especifica”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.653, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Autoriza o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Caixa Econômica Federal - CEF, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

[Decreto 7.654, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Altera o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, e dá outras providências”.

Obs.: [Este Decreto foi retificado \(assinaturas\) no DOU de 27/12/2011.](#)

Fonte: CNI

Comércio Exterior

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.658, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2 (69PA-ACE2), assinado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, em 24 de agosto de 2011” (Setor Automotivo).

Fonte: CNI

Presidência da República - Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 97, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Altera alíquotas do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC”.

Fonte: CNI

Banco Central do Brasil - Diretoria Colegiada[Circular 3.570, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações relacionadas às Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, promove alterações no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Secretaria da Receita Federal do Brasil[Ato Declaratório 16, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Divulga a relação de países que proíbem a venda de automóveis em condições de livre concorrência”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório 19, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre os códigos de enquadramento de operações de exportação, informados no Registro de Exportação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que geram direito ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra)”.

Fonte: CNI

Gabinete do Ministro[Portaria 563, de 28 de dezembro de 2011](#)

“Institui, para o ano-calendário de 2011, mecanismo de ajuste para fins de determinação de preços de transferência, na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas”.

Fonte: CNI

[Portaria 564, de 28 de dezembro de 2011](#)

“Eleva o valor do limite global anual das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica

fixado pela Portaria MF nº 88, de 31 de março de 2011”.

Fonte: CNI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio Exterior

[Portaria 46, de 23 de dezembro de 2011](#)

Dispõe sobre petições de investigação de dumping.

Fonte: CNI

Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Gabinete do Ministro

[Portaria 969, de 21 de dezembro de 2011](#)

“Institui a Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO e sua estrutura no âmbito do MCTI, supervisionada por um Conselho Diretor, gerenciada por um Coordenador Executivo, assessorada por um Comitê Científico e academicamente administrada por um Núcleo de Pós-Graduação”.

Fonte: CNI

Gabinete do Ministro

[Portaria 564, de 28 de dezembro de 2011](#)

“Eleva o valor do limite global anual das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica fixado pela Portaria MF nº 88, de 31 de março de 2011”.

Fonte: CNI

Micro e Pequena Empresa

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.222, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa SRF nº 672, de 30 de agosto de 2006, que dispõe sobre a retificação de

erros no preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e de Documento de Arrecadação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Darf-Simples)”.

Fonte: CNI

Política Agroindustrial

Ministério da Agricultura - Gabinete do Ministro

[Instrução Normativa 62, de 29 de dezembro de 2011](#)

Versa sobre o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.

Fonte: CNI

Política Industrial

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Gabinete do Ministro

[Portaria Interministerial 305, de 19 de dezembro de 2011](#)

Dispõe sobre o processo produtivo básico para os produtos metalúrgicos de metais preciosos e produtos químicos de metais preciosos e outros, industrializados na Zona Franca de Manaus.

Fonte: CNI

[Portaria Interministerial 306, de 19 de dezembro de 2011](#)

Estabelece o Processo Produtivo Básico para os produtos: dispositivos em aço, para operações industriais, projetados sob encomenda, podendo ser manuais, semi-automáticos ou automáticos, industrializados na Zona Franca de Manaus.

Fonte: CNI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Gabinete do Ministro[Portaria 326, de 29 de dezembro de 2011](#)

Dispõe sobre os valores referentes às retribuições pelos serviços prestados pela Diretoria de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

Fonte: CNI

Instituto Nacional da Propriedade Industrial[Portaria 280, de 30 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a redução de valores de retribuições de serviços prestados pela Diretoria de Patentes, revoga a Tabela de Retribuições referente à mesma Diretoria, constante do Anexo da Resolução INPI nº 274/11, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Infraestrutura**Atos do Poder Legislativo**[Lei 12.583, de 30 de dezembro de 2011](#)

"Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia”.

Fonte: CNI

[Lei 12.584, de 30 de dezembro de 2011](#)

"Denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais”.

Fonte: CNI

[Lei 12.585, de 30 de dezembro de 2011](#)

"Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso".

Fonte: CNI

[Lei 12.586, de 30 de dezembro de 2011](#)

"Denomina Prefeito Leôncio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins".

Fonte: CNI

Energia

Ministério de Minas e Energia - Agência Nacional de Energia Elétrica

[Resolução Homologatória 1.242, de 13 de dezembro de 2011](#)

"Fixa o valor da Tarifa Atualizada de Referência - TAR para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH".

Fonte: CNI

[Resolução Homologatória 1.244, de 13 de dezembro de 2011](#)

"Estabelece, para o ano de 2012, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA".

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.656, de 23 de dezembro de 2011](#)

"Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014".

Fonte: CNI

[Decreto 7.657, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Altera o Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010, que estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010”.

Fonte: CNI

Ministério de Minas e Energia - Gabinete do Ministro

[Portaria 688, de 27 de dezembro de 2011](#)

Dispõe que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2012, no dia 26 de abril de 2012, específico para empreendimentos de geração hidrelétrica, inclusive Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Usinas Hidrelétricas - UHEs com potência igual ou inferior a cinquenta Megawatts, ampliação de UHE ou de PCH existente, e aqueles que tenham concessão oriunda de Sistema Isolado.

Fonte: CNI

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

[Instrução Normativa 1, de 9 de novembro de 2010](#)

Tem como objetivo Instituir procedimento para análise das solicitações de pessoa(s) jurídica(s) titular(es) de projeto interessadas no enquadramento de seus projetos de investimento em infraestrutura de produção ou de processamento de gás natural ou projetos de infraestrutura de dutovias de escoamento, de transferência, de transporte de petróleo, gás natural, derivados de petróleo e de gás natural no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

Fonte: CNI

Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional do Meio Ambiente

[Resolução 436, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007”.

Fonte: CNI

Política Social

Educação

Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Conselho Deliberativo

[Resolução 72, de 20 de dezembro de 2011](#)

“Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011” (Dispondo sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec).

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 555, de 23 de dezembro de 2011](#)

"Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências”.

Obs.: [Esta MPV foi retificada \(assinaturas\) no DOU de 27/12/2011.](#)

Fonte: CNI

Ministério da Educação - Gabinete do Ministro[Portaria Interministerial 1.809, de 28 de dezembro de 2011](#)

Dispõe sobre a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no exercício de 2012.

Obs.: [Esta Portaria foi retificada no DOU de 02/01/2012.](#)

Fonte: CNI

Saúde**Atos do Poder Executivo**[Medida Provisória 557, de 26 de dezembro de 2011](#)

"Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999".

Fonte: CNI

Questões Institucionais**Presidência da República - Despacho da Presidenta da República**[Mensagem 593, de 20 de dezembro de 2011](#)

Comunica que vetou integralmente, por contrariedade ao interesse público, o PL 1669/2011 (no SF, PLS 91/2011), que "Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre, do Estado do Pará e do Estado do Amazonas".

Fonte: CNI

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Gabinete do Ministro[Portaria 595, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Divulga os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2012, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais”.

Fonte: CNI

Presidência da República - Secretaria de Relações Institucionais - Comitê de Articulação Federativa[Resolução 11, de 24 de novembro de 2011](#)

“Institui Grupo de Trabalho Interfederativo para acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União”.

Fonte: CNI

Relações do Trabalho**Atos do Poder Executivo**[Decreto 7.655, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo”.

Fonte: CNI

Ministério do Trabalho e Emprego - Gabinete do Ministro[Portaria 2.686, de 27 de dezembro de 2011](#)

Dispõe sobre implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Fonte: CNI

Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Executiva - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - Coordenação-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador[Instrução Normativa 1, de 27 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre atos complementares à Segregação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT”.

Fonte: CNI

Tributos**Atos do Congresso Nacional**[Emenda Constitucional 68](#)

"Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" (Prorrogação da DRU até 31/12/2015).

Origem: PEC 114/2011 (na CD, PEC 61/2011).

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil[Instrução Normativa 1.218, de 21 de dezembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, que institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)”.

Fonte: CNI

[Portaria 3.778, de 21 de dezembro de 2011](#)

“Estabelece parâmetros para a indicação das pessoas jurídicas a serem submetidas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial no ano de 2012 e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros

[Ato Declaratório Executivo 2, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Altera os Anexos V, VI e VIII da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011” (Tabela de Natureza Jurídica X Qualificação do Representante da Entidade; Tabela de Natureza Jurídica X Qualificação dos Integrantes do QSA; Tabela de Documentos e Orientações).

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 556, de 23 de dezembro de 2011](#)

"Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.219, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa 2012”.

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.229, de 21 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de

Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil”.

Fonte: CNI

Banco Central do Brasil - Diretoria Colegiada

[Circular 3.569, de 22 de dezembro de 2011](#)

“Redefine e consolida as regras do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros

[Ato Declaratório Executivo 95, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Divulga a Agenda Tributária do mês de janeiro de 2012”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Banco Central do Brasil - Diretoria Colegiada - Diretoria de Política Monetária - Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos

[Carta-Circular 3.530, de 29 de dezembro de 2011](#)

“Divulga procedimentos para aferição do cumprimento da exigibilidade de aplicação de depósitos à vista em operações de microcrédito e estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas às mencionadas operações”.

Fonte: CNI

Comissão de Valores Mobiliários

[Instrução 516, de 29 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento Imobiliário - FII, regidos pela Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008”.

Fonte: CNI

Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 99, de 29 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre o preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2007”.

Fonte: CNI

Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.223, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia produtiva do café, na forma dos arts. 4º a 7º da Medida Provisória nº 545, de 29 de setembro de 2011”.

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.226, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre o uso do "Atestado de Residência Fiscal no Brasil", do "Atestado de Rendimentos Auferidos no Brasil por Não Residentes" e do "Atestado de Residência Fiscal no Exterior”.

Fonte: CNI

Imposto

Subsecretaria de Tributação e Contencioso - Coordenação-Geral de Tributação

[Ato Declaratório Executivo 37, de 19 de dezembro de 2011](#)

“Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de janeiro de 2012”.

Fonte: CNI

Gabinete do Ministro[Portaria 560, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Prorroga o prazo para recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) incidente sobre as operações com derivativos”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo[Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI”.

Fonte: CNI

Conselho Nacional de Política Fazendária - Secretaria Executiva[Convênio ICMS 142, de 16 de dezembro de 2011](#)

“Concede isenção e suspensão do ICMS nas operações e prestações relacionadas com a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014, e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Secretaria da Receita Federal do Brasil[Instrução Normativa 1.224, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 900, de 30 de dezembro de 2008, que disciplina a restituição e a compensação de quantias recolhidas a título de tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a restituição e a compensação de outras receitas da União arrecadadas mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) ou Guia da Previdência Social (GPS), o ressarcimento e a compensação de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o reembolso de salário-família e salário-maternidade”.

Fonte: CNI

Nº 01 - ano IV - Departamento de Assuntos Legislativos – 02 de janeiro de 2012

[Instrução Normativa 1.225, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.214, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os limites para remessa de valores, isentos do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais”.

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.227, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Aprova o programa gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf 2012)”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Interpretativo 20, de 23 de dezembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a alíquota do IOF aplicável nas operações de câmbio referentes a recursos captados no exterior a título de empréstimos externos”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Conselho Nacional de Política Fazendária - Secretaria Executiva

[Ato COTEPE/ICMS 53, de 27 de dezembro de 2011](#)

“Divulga o valor de referência da carga tributária do ICMS para o trigo em grão nacional, a farinha de trigo e a mistura de farinha de trigo, conforme prevê o § 1º da cláusula quarta do Protocolo ICMS 46/00”.

Fonte: CNI

[Ato COTEPE/ICMS 54, de 27 de dezembro de 2011](#)

“Divulga o preço de referência para os produtos derivados da farinha de trigo, conforme prevê a cláusula segunda do Protocolo ICMS 50/05, que dispõe sobre substituição tributária nas operações interestaduais com massas alimentícias, biscoitos, bolachas, bolos, pães, e outros derivados da farinha de trigo”.

Fonte: CNI

Taxas

Secretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 94, de 20 de dezembro de 2011](#)

“Divulga a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mensal, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012, aplicável aos parcelamentos que especifica”.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 554, de 23 de dezembro de 2011](#)

"Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002”.

Fonte: CNI

Diário Oficial Estadual

Assuntos Econômicos

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.012, de 14 de dezembro de 2011](#)

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012.

Fonte: DOE 20.12.2011 (Suplemento)

Micro e Pequena Empresa

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.042, de 22 de dezembro de 2011](#)

Altera dispositivos da Lei nº 15.562, de 04/07/2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no Estado do Paraná.

Fonte: DOE 26.12.2011

Política Agroindustrial

Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento

[Resolução 174, 21 de dezembro de 2011](#)

Trata do cadastro de agrotóxicos na SEAB e dá outras providências.

Fonte: DOE 26.12.2011

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.026, de 20 de dezembro de 2011](#)

Cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR.

Fonte: DOE 20.12.2011

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.030, de 21 de dezembro de 2011](#)

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Fonte: DOE 21.12.2011

[Lei 17.013, de 14 de dezembro de 2011](#)

Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Fonte: DOE 22.12.2011

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação – Secretaria da Fazenda

[Resolução Conjunta 02, de 16 de dezembro de 2011](#)

Cria no Anexo III da Resolução Conjunta nº 01, de 17 de junho de 2011 subelementos de despesa, conforme a integra.

Fonte: DOE 22.12.2011

Meio Ambiente

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

[Resolução SEMA 42/2011](#)

Institui Grupo de Trabalho, visando desenvolver metodologia e definir conceitos para a elaboração de Mapas Oficiais de Áreas de Preservação Permanente, nas áreas urbanas e rurais do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 28.12.2011

Questões Institucionais

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.032, de 21 de dezembro de 2011](#)

Altera a Lei nº 16.897, de 10/08/2011. (Referente a ONGs, OSCIPs e OSs)

Fonte: DOE 21.12.2011

Política Social

Saúde

Secretaria de Estado da Saúde

[Resolução SESA 0412/2011](#)

Dispõe sobre a reestruturação da Central de Apoio Logístico de Insumos e Equipamentos no Estado do Paraná e estabelece critérios técnicos para utilização de UBV acoplado a veículo (UBV pesado), bem como normatiza os modelos documentais a serem utilizados.

Fonte: DOE 21.12.2011

Relações do Trabalho

Atos do Poder Executivo

[Decreto 3.574 de 2011](#)

Determina a cessão gratuita de um estande padrão à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, e dá outras providências.

Fonte: DOE 22.12.2011

Tributos

Imposto

Atos do Poder Executivo

[Lei 17.027, de 21 de dezembro de 2011](#)

Altera dispositivos da Lei nº 14.260, de 22/12/2003, que estabelecem normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Obs: O Governador vetou os incisos V e VI do art. 1º. O veto irá tramitar na Assembleia Legislativa.

Fonte: DOE 21.12.2011

[Decreto 3.569 de 2011](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007.

Fonte: DOE 21.12.2011

[Decreto 3.570 de 2011](#)

Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007.

Fonte: DOE 21.12.2011

[Decreto 3.590 de 2011](#)

Fica publicada, nos termos do inciso VI do artigo 3º da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, a tabela de valores venais para cálculo do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para o exercício de 2012, que constitui o Anexo Único deste Decreto.

Fonte: DOE 27.12.2011